

tar rompidos. Esta ação modernizadora reveste-se de algumas características, muito importantes: trata-se de uma iniciativa a nível do próprio grupo no poder. O governo concede, indo ao encontro de expectativas dos novos grupos e incorpora reivindicações até então defendidas pelos opositores das oligarquias - moralização do poder, voto secreto, expansão das oportunidades de ensino, etc. Estas reivindicações, pertencentes ao ideário liberal, eram familiares ao universo ideológico dos grupos no poder, que as rejeitavam, como uma ameaça à sua estabilidade. (\*)

A atuação do governo no sentido de abrir-se às pressões dos novos grupos não é ocasional. Há nela, em primeiro lugar, a intenção de divulgar a imagem de um governo que se coloca acima dos interesses de uma classe específica e, como tal, constitui-se no elemento mais indicado para, como um grande tutor, compatibilizar, de maneira neutra, os interesses dos diversos grupos em conflito, com vistas a um novo pacto social. Através dela o governo procura assumir as idéias do controle do processo de mudança, evitando um possível choque entre os grupos ascendentes e os que detêm o poder, de perspectivas imprevisíveis para as oligarquias rurais. (\*\*)

Trata-se, portanto, de uma tentativa, a nível do poder, no sentido de recuperar a estabilidade social, ameaçada pelo desajuste das super-estruturas relativamente às novas condi-

(\*) Washington Luiz faz parte do grupo conservador que teme a adoção das medidas, no sentido de provocar fendas no regime de dominação. Pouco antes, impede a implantação do voto secreto no Estado do Ceará e só não o faz em Minas, devido à força política do Estado.

(\*\*) Nesta ação do governo no sentido de conceder, controlar, tornar-se o grande mediador no novo pacto social, prestes a surgir, é possível detectar alguns fragmentos no Estado Cartorial, que se instala no País, de forma radical, a partir de 1937. Para maiores esclarecimentos julgamos útil a leitura do artigo sobre o "Cartorialismo e a questão do Estado", Cullher de Oliveira in Cadernos do Departamento de Ciência Política - vol. 3, Faculdade de Filosofia e Ciências - UFMG - março, 1966.

ções infra-estruturais surgidas no País em virtude do avanço da indústria. Em outras palavras, trata-se de uma iniciativa no sentido de obter-se novo pacto, adequado às novas circunstâncias.

Isso explica a natureza de seu programa de governo, que se caracteriza pela ênfase concedida às mudanças a nível das super-estruturas, dentro de limites que, em nenhum momento, colocam em risco os fundamentos do regime. O voto secreto é defendido pelos Revolucionários de 1924 e pelas Ligas Nacionalistas, como um instrumento de renovação do poder político. Antônio Carlos o introduz, em seu programa de governo, como um direito do cidadão. Há aqui uma diferença sutil porém fundamental entre indivíduo e cidadão. Cidadão é o indivíduo apto a gozar do direito ao voto, direito este diretamente ligado à escolaridade. Logo a extensão do direito do voto está diretamente ligada ao da expansão das oportunidades de ensino, controlada pelo governo, uma vez que só as elites (que já gozam do privilégio do voto) possuem recursos para prover o próprio ensino.

Ou seja, toda a sua atuação se prende à adequação de métodos e processos, nela nunca se questionam a grande propriedade, o poder oligárquico e o pensamento liberal conservador. A partir daí, compreende-se a introdução de medidas inovadoras no campo da política, da educação, ao lado de medidas conservadoras, aparentemente contraditórias, no campo econômico. (\*)

(\*) No campo social, Antônio Carlos defende uma ação intensiva do Estado no sentido de definir e manter as bases de um novo pacto social. Já no campo econômico esta ação do Estado se mostra bem menos incisiva e até mesmo inexistente, restringindo-se apenas à promoção de condições capazes de favorecer um maior desenvolvimento nesse setor.